

Sumário

Capítulo I – Atos e Fatos Processuais	1
1.1 Considerações iniciais sobre atos e fatos processuais	1
1.2 Classificação dos atos processuais	2
1.2.1 Atos das partes	2
1.2.2 Atos do juiz	3
1.2.3 Atos dos auxiliares da justiça	4
1.2.4 Atos de terceiros interessados	4
1.3 Atividade jurisdicional.....	5
1.4 Dos termos	6
1.5 Impulso do processo pelos funcionários da justiça	7
Capítulo II – Comunicações Processuais	9
2.1 Da citação.....	9
2.1.1 Conceito de citação	9
2.1.2 Quem deve ser citado	10
2.1.3 O princípio do impulso oficial	11
2.1.4 Citação e contraditório	11
2.1.5 Citação e nulidade.....	12
2.1.6 Suprimento da citação	12
2.1.7 Processos que não precisam de citação	13
2.1.8 Espécies de citação	13
2.1.8.1 Citação por mandado	14
2.1.8.2 Citação por hora certa	17

2.1.8.3 Citação por carta precatória	17
2.1.8.4 Citação por carta rogatória	18
2.1.8.5 Citação por carta de ordem	19
2.1.8.6 Citação por edital	19
2.2 Suspensão do processo.....	22
2.2.1 Suspensão do prazo prescricional	23
2.2.2 Conjugação obrigatória da suspensão do processo e do prazo prescricional	23
2.2.3 Produção antecipada da prova.....	24
2.2.4 Suspensão do processo e prisão preventiva.....	25
2.3 Da revelia	26
2.4 Das intimações	27
2.4.1 Sanções processuais	28
2.4.2 Nulidade derivada da ausência de intimação	28
2.4.3 Formas de intimação	29
2.4.4 Início do prazo de intimação	30
2.4.5 Intimação do Ministério Público	31
2.4.6 Regras especiais acerca da intimação	32
Capítulo III – Sentença Penal	37
3.1 Conceito e considerações gerais.....	37
3.2 Classificação das decisões judiciais	37
3.2.1 Classificação das decisões judiciais de acordo com o STJ	38
3.2.2 Outras classificações.....	41
3.3 Natureza jurídica da sentença.....	41
3.4 Função da sentença penal	42
3.5 Requisitos formais da sentença	43

3.5.1 O relatório da sentença.....	43
3.5.2 A motivação ou fundamentação da sentença	44
3.5.3 A parte dispositiva da sentença.....	47
3.6 Outros requisitos indispensáveis da sentença penal	48
3.7 Eventuais defeitos da sentença e embargos declaratórios	50
3.7.1 Conceito e delimitação de embargos declaratórios	50
3.7.2 Hipóteses de cabimento dos embargos de declaração	52
3.7.3 Prazo e efeitos dos embargos	53
3.8 Efeitos da sentença penal	54
3.9 O princípio da correlação	55
3.10 <i>Emendatio libelli</i>	55
3.10.1 Hipóteses da <i>emendatio libelli</i>	56
3.10.2 Exame de admissibilidade dos fatos narrados na denúncia....	57
3.11 <i>Mutatio libelli</i>	58
3.11.1 <i>Mutatio libelli</i> e inércia do julgador	59
3.11.2 Restrição da <i>mutatio libelli</i>	60
3.11.3 Distinção entre a <i>emendatio libelli</i> e a <i>mutatio libelli</i>	61
3.12 A sentença absolutória.....	62
3.13 A sentença condenatória	65
3.14 Fundamentação da pena	66
3.15 Dosimetria da pena.....	67
3.16 Efeitos da sentença condenatória	72
3.17 Publicação e intimação da sentença	74
3.18 Coisa julgada no processo penal	76

Capítulo IV – Procedimento Comum Ordinário	79
4.1 Processo e procedimento	79
4.2 Classificação dos procedimentos	79
4.3 Escolha do procedimento	80
4.4 Observação do procedimento adequado	81
4.5 Procedimento comum como procedimento padrão.....	81
4.5.1 Rito vigente antes da Lei nº 11.719/2008.....	82
4.5.2 Rito atual.....	83
4.5.2.1 Fase postulatória	83
4.5.2.2 Fase instrutória	90
4.5.2.3 Fase decisória.....	94
Capítulo V – Procedimento Comum Sumário.....	97
5.1 Conceito e aplicação do processo sumário.....	97
5.2 Rito sumário vigente até a Constituição Federal de 1988	97
5.3 Rito comum sumário atual.....	99
5.3.1 Fase postulatória	101
5.3.2 Fase instrutória.....	101
5.3.3 Fase decisória.....	102
Capítulo VI – Procedimento Comum Sumaríssimo.....	105
6.1 Juizados especiais criminais: origens e fundamentos.....	105
6.2 Justiça consensual	105
6.3 Competência dos juizados especiais criminais	106
6.4 Competência para aplicação das medidas despenalizadoras	108
6.5 Afastamento da competência dos juizados especiais criminais...	108
6.6 Competência dos juizados especiais criminais federais.....	112
6.7 Princípios dos juizados especiais criminais	112
6.8 A vitimologia e suas consequências no plano processual	113

6.9 Institutos despenalizadores	114
6.9.1 Institutos despenalizadores e ação privada	114
6.9.2 Institutos despenalizadores e a Lei Maria da Penha	114
6.9.3 Composição civil de danos	115
6.9.4 Transação penal.....	116
6.9.5 Suspensão condicional do processo	120
6.10 Atos processuais nos juizados especiais criminais.....	124
6.11 Intimações nos juizados especiais criminais	125
6.12 A assistência do advogado	125
6.13 Termo circunstanciado de ocorrência	126
6.13.1 Prisão em flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo....	126
6.13.2 Termo circunstanciado de ocorrência e <i>opinio delicti</i> do MP.....	127
6.14 A audiência preliminar.....	128
6.15 Rito processual sumaríssimo	132
6.15.1 Fase postulatória.....	133
6.15.2 Fase instrutória.....	134
6.15.3 Fase decisória.....	136
6.15.4 Fase recursal.....	137
Capítulo VII – Procedimento do Tribunal do Júri	143
7.1 Tribunal do Júri: origens e evolução histórica.....	143
7.2 Tribunal do Júri no Brasil	149
7.3 Composição do Tribunal do Júri e seus análogos na justiça militar.....	159
7.4 Características do Tribunal do Júri	160
7.5 Princípios do Tribunal do Júri	160
7.6 Competência constitucional do Tribunal do Júri	167
7.7 Aspectos relevantes da reforma do CPP no rito do júri.....	171

7.7.1 Aspectos positivos da Lei nº 11.689/2008.....	172
7.7.2 Aspectos negativos da Lei nº 11.689/2008.....	173
7.8 Juízo de admissibilidade da acusação: sistema bifásico ou trifásico?	175
7.9 Procedimento da primeira fase do júri	176
7.9.1 Etapa postulatória.....	177
7.9.2 Etapa instrutória.....	180
7.9.3 Etapa decisória.....	185
7.9.3.1 Pronúncia.....	186
7.9.3.2 Impronúncia.....	200
7.9.3.3 Absolvição sumária.....	201
7.9.3.4 Desclassificação.....	206
7.9.4 A despronúncia	209
7.10 Procedimento da segunda fase do júri	210
7.10.1 Preparação do processo para julgamento em plenário	210
7.10.1.1 Pedido de provas em plenário (antigo libelo e sua contrariedade)	211
7.10.1.2 Alistamento dos jurados	213
7.10.1.3 Desaforamento	215
7.10.1.4 Organização da pauta.....	223
7.10.1.5 Sorteio e convocação dos jurados	223
7.10.1.6 Função dos jurados.....	225
7.10.1.7 Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença.....	229
7.10.2 Abertura da sessão de julgamento	230
7.10.2.1 Pregão do réu, defensor, MP e jurados	231
7.10.2.2 Abertura dos trabalhos, sorteio dos jurados e recusas....	235

7.10.2.3 Composição e compromisso dos membros do conselho de sentença	240
7.10.2.4 Incomunicabilidade e recebimento de cópia da pronúncia	242
7.10.2.5 Instrução em plenário.....	243
7.10.2.6 Debates orais	247
7.10.2.7 Do questionário e sua votação	253
7.10.2.8 Desclassificação em plenário: própria e imprópria.....	261
7.10.2.9 Sentença	269
7.10.2.10 Ata dos trabalhos.....	271
7.10.2.11 Atribuições do presidente do Tribunal do Júri.....	272
Capítulo VIII – Procedimento dos Crimes Funcionais	275
8.1 Crimes próprios e impróprios.....	275
8.2 Crimes funcionais próprios e impróprios	276
8.3 Notificação preliminar e defesa escrita	277
8.4 Réu residente fora da comarca e ampla defesa.....	280
8.5 Juízo de admissibilidade da denúncia.....	281
8.6 Adoção do rito comum ordinário	282
Capítulo IX – Procedimento dos Crimes Contra a Honra	285
9.1 Considerações preliminares	285
9.2 Pedido de explicações em juízo.....	286
9.3 CPP <i>versus</i> Lei nº 9.099/95	289
9.4 Audiência de reconciliação	289
9.5 Exceção da verdade como questão prejudicial homogênea	290
9.5.1 Momento da apresentação das exceções	291
9.5.2 Vedação da utilização da exceção da verdade.....	292

9.5.3 Exceção da verdade e prerrogativa de função	292
9.6 Juízo de admissibilidade da queixa-crime.....	293
Capítulo X – Procedimento dos Crimes	
Contra a Propriedade Imaterial	295
10.1 Considerações iniciais	295
10.2 Crimes de ação penal privada no CPB e na Lei nº 9.279/96.....	296
10.3 Crimes de ação penal pública no CPB e na Lei nº 9.279/96	301
10.4 Cautelar de busca e apreensão.....	302
10.4.1 Deferimento da diligência de busca e apreensão	305
10.4.2 Lavratura do termo.....	306
10.4.3 Laudo pericial.....	306
10.4.4 Homologação do laudo.....	307
10.4.5 Decadência do direito de queixa nos crimes contra a propriedade imaterial	308
10.4.6 Reiteração dos atos típicos após a queixa	309
10.4.7 Requisitos para a propositura da queixa.....	309
10.4.8 Procedimento nos crimes de ação pública	310
Capítulo XI – Procedimento dos Crimes de Tráfico de Drogas	313
11.1 Considerações introdutórias.....	313
11.2 Usuários e traficantes na Lei de Drogas.....	314
11.2.1 Procedimento em relação ao usuário	318
11.2.1.1 Penas impostas ao usuário de drogas	319
11.2.1.2 Tratamento especializado ao dependente químico	320
11.2.1.3 Prescrição do crime de uso de entorpecentes.....	320
11.2.2 Procedimento em relação ao traficante	321
11.2.2.1 Inquérito policial e seu prazo diferenciado	321

11.2.2.2 Relatório conclusivo e remessa do inquérito a juízo	322
11.2.2.3 Diligências complementares.....	323
11.2.2.4 Da prisão em flagrante do traficante.....	323
11.2.2.5 Laudo de constatação da natureza da substância.....	324
11.2.2.6 Métodos especiais de investigação.....	325
11.2.2.7 Proteção a testemunhas e colaboradores	327
11.2.2.8 Investigação criminal	335
11.2.2.9 Rigores constitucionais ao tráfico de drogas.....	335
11.3 Fase judicial e seu rito propriamente dito	346
11.3.1 Fase postulatória.....	347
11.3.2 Fase instrutória.....	349
11.3.3 Fase decisória	352

Capítulo XII – Procedimento das Ações Penais

de Competência Originária dos Tribunais.....355

12.1 Considerações introdutórias sobre foro privilegiado	355
12.2 Inquérito judicial	360
12.3 Relatoria do inquérito	362
12.4 Relatoria da ação penal	363
12.5 Notificação preliminar do denunciado e defesa escrita	363
12.6 Juízo de admissibilidade da denúncia em sessão	364
12.7 Citação, defesa escrita e interrogatório do réu.....	365
12.8 Instrução processual e alegações finais	366
12.9 Sessão de julgamento.....	367

Capítulo XIII – Procedimento dos Crimes Falimentares.....371

13.1 Considerações iniciais sobre crimes falimentares.....	371
13.2 Natureza da sentença declaratória da falência.....	374

13.3 Juízo atrativo da falência.....	374
13.4 Prescrição dos crimes falimentares na atual lei de falências	376
13.5 Competência para julgar os crimes falimentares	377
13.6 Atribuição do Ministério Público na atual Lei de Falências.....	378
13.7 Prazo para a denúncia nos crimes falimentares	379
13.8 Efeitos da condenação por crime falimentar e reabilitação	380
13.9 Antigo rito especial dos crimes falimentares.....	382
13.10 Novo rito processual dos crimes falimentares.....	384
Capítulo XIV – Procedimento dos Crimes Eleitorais.....	387
14.1 Crimes eleitorais.....	387
14.2 Natureza da ação penal nos crimes eleitorais	390
14.3 Investigação dos crimes eleitorais	391
14.3.1 <i>Notitia criminis</i> eleitoral.....	392
14.3.2 Representação eleitoral.....	392
14.3.3 Peças de informação em matéria eleitoral	393
14.3.4 Prisão em flagrante nos crimes eleitorais	393
14.3.5 Investigação judicial eleitoral.....	394
14.3.6 Prazo para a denúncia nos crimes eleitorais	395
14.3.7 Arquivamento do inquérito policial.....	395
14.4 Procedimento nos crimes eleitorais	395
Capítulo XV – Persecução Penal nos Casos	
de Violência Doméstica e Familiar	399
15.1 Lei nº 11.340/2006 e o debate sobre sua constitucionalidade	399
15.1.1 Posição do STF quanto à Lei nº 11.340/2006.....	399
15.1.2 Lei nº 11.340/2006 e o princípio da igualdade	401
15.1.3 Posição doutrinária acerca da Lei nº 11.340/2006	402

15.2 Violência doméstica: delimitação e alcance	404
15.3 Sujeito ativo do crime de violência doméstica	406
15.4 Investigação policial nos crimes de violência doméstica	408
15.5 Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	409
15.6 Garantia do emprego da mulher em situação de violência doméstica	409
15.7 Prisão em flagrante nos crimes de violência doméstica	409
15.8 Ação penal nos crimes de violência doméstica.....	410
15.9 Adoção de medidas pela autoridade policial.....	411
15.10 Prazo do inquérito na Lei nº 11.343/2006.....	412
15.11 Competência penal nos crimes de violência doméstica.....	413
15.12 Ritos processuais nos crimes de violência doméstica	414
Capítulo XVI – Restauração de Autos Extraviados ou Destruídos ...	415
16.1 Aspectos históricos do procedimento	415
16.2 Procedimento para restauração dos autos.....	416
Referências.....	419